



PROCESSO N.º 20,07  
PARECERES N.ºs 20,07

# Prefeitura de Assis

Paço Municipal "Prof.ª Judith de Oliveira Garcez"

019

Assis, 17 de Janeiro de 2.007.

Ofício D.A. Nº 08/2007

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 08/2.007

19/07

CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS  
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE OFÍCIOS  
Número.....42910.....Data.....17.01.07  
Horário.....17:00.....  
Assis  
Responsável

Senhor Presidente,

Encaminhamos, por intermédio do presente, o Projeto de Lei nº 08/2007 solicitando autorização para o Poder Executivo a instituir o Programa de Inclusão Social pelo Trabalho do Município de Assis, acompanhado dos motivos que embasaram a confecção do referido projeto, para apreciação e deliberação dos Nobres Vereadores da Câmara Municipal.

Aproveitamos do ensejo para reafirmarmos à V. Exa. e aos Senhores Vereadores, nossos protestos de alta consideração.

Atenciosamente,

  
ÉZIO SPERA  
Prefeito Municipal

Ao Exmo. Sr.  
VEREADOR JOSÉ APARECIDO FERNANDES  
DD. Presidente da Egrégia Câmara Municipal de Assis  
Assis/SP



# **Prefeitura de Assis**

Paço Municipal "Prof.ª Judith de Oliveira Garcez"

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (PROJETO DE LEI Nº 08/2.007)**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS  
VEREADOR JOSÉ APARECIDO FERNANDES**

Considerando que a Lei Orgânica do Município de Assis, em seu artigo 4º, incisos I a IV considera como objetivo fundamental deste a construir uma sociedade livre, justa e solidária; promover o bem-estar de todos os munícipes, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, estado civil, convicções políticas e quaisquer outras formas de discriminação; promover o desenvolvimento municipal, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população e a integração urbano rural; erradicar a pobreza absoluta, analfabetismo e a marginalização e, reduzir as demais desigualdades sociais; garantir no âmbito de sua competência, a efetividade dos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana e dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal;

considerando que atual situação econômica do país, com altos índices de desemprego assola também as famílias assisenses;

considerando que apesar dos inúmeros programas existentes, que têm por finalidade a assistência aos desempregados e sua conseqüente reinclusão no mercado de trabalho, estes são insuficientes para atender todos aqueles que precisam;

considerando finalmente que toda iniciativa que busque o atendimento à população dos excluídos, é mais que um dever, mas uma obrigação da Administração Pública,

encaminho a Vossa Excelência o Projeto de Lei anexo, que institui o Programa de Inclusão Social pelo Trabalho do Município de Assis, e dá outras providências, para apreciação e respectivo apoio para aprovação dos Nobres Edis que compõem esta Casa de Leis.

Assis, 17 de Janeiro de 2007.

**ÉZIO SPERA  
PREFEITO MUNICIPAL**



PROCESSO N.º 20.107

PARECERES N.ºs 20,07

# Prefeitura de Assis

Paço Municipal "Prof.ª Judith de Oliveira Garcez"

19/07  
PROJETO DE LEI N.º 08/2.007

**Institui o Programa de Inclusão Social pelo Trabalho do Município de Assis, e dá outras providências.**

## **O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:**

Faço saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Inclusão Social pelo Trabalho com o objetivo de conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, residente no Município de Assis, pertencente à família de baixa renda, visando estimulá-lo à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho.

**Art. 2º** - O Programa de Inclusão Social pelo Trabalho consistirá:

I - no exercício de atividades, realizadas e ministradas pelos órgãos municipais ou por entidades conveniadas ou parceiras, nos termos das normas trabalhistas vigentes;

II - no desenvolvimento de atividades de capacitação ocupacional e de cidadania, ministradas pelos órgãos municipais ou por entidades conveniadas ou parceiras;

III - em ações de incentivo à conduta do beneficiário e de orientação sobre seu comportamento no sentido de buscar ocupação;

IV - na concessão de auxílio pecuniário, correspondente a, no máximo, um salário mínimo nacional vigente;

V - na garantia de seguro de vida coletivo;

**§ 1º** - Os beneficiários do Programa desenvolverão suas atividades junto aos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta ou em outras instituições com as quais se estabeleça convênios ou parcerias.

**§ 2º** - A participação no Programa de Inclusão Social pelo Trabalho não gerará quaisquer vínculos empregatícios ou profissionais entre o beneficiário e a Prefeitura do Município de Assis.

**§ 3º** - O pagamento dos benefícios será feito pela Tesouraria da Prefeitura do Município de Assis, pelo período em que o beneficiário estiver incluído no programa.



# Prefeitura de Assis

Paço Municipal "Prof.<sup>a</sup> Judith de Oliveira Garcez"

Projeto de Lei nº 08/2007

§ 4º - Nas hipóteses de óbito do beneficiário, de sua detenção ou reclusão em estabelecimento prisional ou de sua internação em unidade médica por problemas de saúde, poderão ser pagos os benefícios pecuniários devidos em razão de atividades já desenvolvidas, desde que o próprio beneficiário, seu procurador, cônjuge, companheiro (a) ou herdeiro assim o requeira administrativamente, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do efetivo afastamento.

§ 5º - Os benefícios e atividades previstos neste artigo terão a duração de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por mais 12 (doze) meses, a critério da coordenação do Programa e mediante prévia anuência do órgão ou entidades conveniadas ou parceiras em que estiverem sendo realizadas as atividades práticas, desde que mantidas as condições que ensejaram a inclusão do beneficiário no Programa e cumpridas as cláusulas do Termo de Compromisso e Responsabilidade.

**Art. 3º -** Para habilitar-se no Programa, o interessado deverá comprovar que é residente e domiciliado no Município de Assis, que está desempregado e que não recebe seguro-desemprego, além de preencher os seguintes requisitos:

I - estar desempregado há mais de 3 (três) meses, ou não ter acumulado, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, mais de 3 (três) meses de registro de trabalho em Carteira de Trabalho e Previdência Social, consecutivos ou não;

II - pertencer à família de baixa renda, cujos membros tenham rendimento bruto mensal "per capita" igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional vigente, computando-se a totalidade dos rendimentos brutos dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de qualquer natureza, incluindo-se os benefícios e valores concedidos por órgãos públicos ou entidades particulares, excetuado apenas o benefício instituído por este Programa;

III - não auferir rendimentos brutos mensais que ultrapassem o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional vigente, na hipótese de não possuir família, excetuado apenas o benefício instituído por este Programa;

IV - assinar Termo de Compromisso e Responsabilidade, declarando ter conhecimento das regras do Programa, às quais se sujeitará sob pena de sofrer as sanções previstas no artigo 9º, parágrafos 1º e 2º, desta lei.

**Parágrafo único -** Para os fins do Programa de Inclusão Social pelo Trabalho, considera-se como família o núcleo de pessoas formado por, no mínimo, um dos pais ou responsável legal, filhos e/ou dependentes que estejam sob tutela ou guarda devidamente formalizadas pelo juízo competente, bem como parentes e outros indivíduos que residam com o grupo sob o mesmo teto e contribuam economicamente para a sua subsistência.



# Prefeitura de Assis

Paço Municipal "Prof.ª Judith de Oliveira Garcez"

Projeto de Lei nº 08/2007

**Art. 4º -** A aferição dos requisitos para a concessão dos benefícios do Programa de Inclusão Social pelo Trabalho será realizada quando do cadastramento inicial, da assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade e em qualquer fase posterior, a critério da Administração.

**Art. 5º -** O beneficiário selecionado que desenvolver as atividades previstas nos incisos I e II do artigo 2º desta lei deverá cumprir a carga horária e não ultrapassar o limite de faltas a serem estipulados em decreto e no Termo de Compromisso e Responsabilidade.

Parágrafo único - A participação no Programa não gerará quaisquer vínculos empregatícios ou profissionais entre o beneficiário e a Prefeitura Municipal de Assis.

**Art. 6º -** O Programa de Inclusão Social pelo Trabalho será implantado gradativamente, de modo a atender situações agravantes de pobreza, observando-se os seguintes critérios, pela ordem, sem prejuízo do atendimento ao disposto no artigo 3º desta lei:

I - maior tempo de desemprego;

II - menores faixas de renda bruta familiar "per capita";

III - famílias com filhos e/ou dependentes com idade até 23 (vinte e três) meses, em estado de desnutrição;

IV - famílias mono parentais;

V - famílias com maior número de filhos e/ou dependentes;

VI - famílias com dependentes idosos ou portadores de necessidades especiais;

VII - condições de moradia;

VIII - local de moradia próximo ao distrito ou zona dos equipamentos públicos em que serão desenvolvidas as atividades.

**Art. 7º -** A concessão dos benefícios previstos no artigo 2º será interrompida se:

I - o beneficiário obtiver ocupação remunerada;

II - o beneficiário descumprir quaisquer dos requisitos previstos nos artigos 3º e 5º, ou desatender as cláusulas firmadas no Termo de Compromisso e Responsabilidade;

III - a renda bruta "per capita" ultrapassar os limites estabelecidos no inciso II do artigo 3º desta lei, ressalvado o disposto no parágrafo único de seu artigo 3º;

IV - o beneficiário mudar-se para outro Município.

**Parágrafo único -** Nos casos de redução da renda bruta "per capita" para nível inferior ao previsto nos incisos II e III do artigo 3º, ou de restauração das condições previstas nos artigos 3º e 5º desta lei, a concessão dos benefícios será restabelecida, mas sem direito a pagamento retroativo.



# Prefeitura de Assis

Paço Municipal "Prof.<sup>a</sup> Judith de Oliveira Garcez"

Projeto de Lei nº 08/2007

**Art. 8º** - É vedada participação no presente programa, daqueles que já participem de quaisquer programas de auxílio ou melhoria de renda familiar promovidos pelo Governo Federal ou Estadual.

**Art. 9º** - Será excluído do Programa de Inclusão Social pelo Trabalho, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou definitivamente, se reincidente, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de qualquer meio ilícito para a obtenção de vantagens.

**§ 1º** - Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que gozar ilicitamente do auxílio, será obrigado a efetuar o ressarcimento integral da importância

recebida indevidamente, corrigida na forma disposta na legislação municipal aplicável.

**§ 2º** - Ao agente político, servidor público ou agente de entidade conveniada ou parceira que concorra para a concessão ilícita do benefício, aplicam-se sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis, multa equivalente ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigidos na forma prevista na legislação municipal aplicável.

**Art. 10** - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público, bem como estabelecer parcerias com empresas particulares e entidades de direito privado, patronais e sindicais, visando ao desenvolvimento das atividades relativas ao Programa de que trata esta lei.

**Art. 11** - O Programa de Inclusão Social pelo Trabalho ficará a cargo da Secretaria Municipal de Governo e Negócios Jurídicos, à qual caberá estabelecer normas e procedimentos para sua implementação, controle, acompanhamento e fiscalização e contará com a assessoria específica da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo apoiada, no que for necessário, pelos demais órgãos da Administração direta e indireta.

**Parágrafo Único** - Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas .

**Art. 12** - O Programa de Inclusão Social pelo Trabalho contará com uma Comissão de Implementação e Acompanhamento, presidida pelo Secretário Municipal de Governo e Negócios Jurídicos, constituída por titulares ou representantes de órgãos governamentais e não-governamentais, a ser definida em regulamentação.

**§ 1º** - A Comissão mencionada no "caput" deste artigo terá por atribuições o contínuo acompanhamento, a avaliação e a formulação de sugestões visando ao aperfeiçoamento do Programa.

**§ 2º** - As atividades exercidas pelos membros da Comissão serão consideradas de relevância pública, não sendo remuneradas.



# **Prefeitura de Assis**

*Paço Municipal "Prof.ª Judith de Oliveira Garcez"*

Projeto de Lei nº 08/2007

---

**§ 3º** - A Comissão reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação de seu presidente, ou por solicitação da maioria de seus componentes.

**Art. 13** - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 14** - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 15** - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

**Art. 16** - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 3.819, de 27 de julho de 1.999.

Prefeitura de Assis, em 17 de Janeiro de 2.007.

  
**EZIO SPERA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**